DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZIL

DENISE OLIVEIRA DURVAL DA SILVA
Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade SCELISUL (2010); Especialista em Psicopedagogia, pela Faculdade FAVENI (2025); Professora de Atendimento Educacional Especializado na E.M Azaleia na rede Municipal de Itapecerica da Serra – SP.

RESUMO

Este artigo aborda os desafios da inclusão escolar em salas de aula do Ensino Regular, focando nas dificuldades e nas estratégias necessárias para promover um ambiente educacional inclusivo. A inclusão escolar é um processo que visa integrar estudantes com diferentes necessidades educacionais no sistema regular de ensino, garantindo-lhes acesso igualitário à educação. No entanto, a implementação dessa prática enfrenta inúmeros obstáculos, desde a formação inadequada dos professores até a falta de recursos e suporte pedagógico, enfatiza a necessidade de transformar as práticas educacionais e a cultura escolar para atender às necessidades de todos os alunos. O artigo explora também as estratégias que podem ser adotadas para superar esses desafios, como a implementação de metodologias ativas, a formação contínua dos educadores e a garantia de recursos adequados. A pesquisa visa contribuir para a compreensão e a efetivação da inclusão escolar, propondo soluções práticas e destacando a importância de um compromisso coletivo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; Aprendizagem; Educação; Desafios; Perspectiva.

ABSTRACT

This article addresses the challenges of school inclusion in regular classrooms, focusing on the difficulties and strategies needed to promote an inclusive educational environment. School inclusion is a process that aims to integrate students with different educational needs into the regular education system, ensuring them equal access to education. However, the implementation of this practice faces

numerous obstacles, from inadequate teacher training to a lack of resources and pedagogical support, emphasizing the need to transform educational practices and school culture to meet the needs of all students. The article also explores strategies that can be adopted to overcome these challenges, such as the implementation of active methodologies, the continuous training of educators, and the guarantee of adequate resources. The research aims to contribute to the understanding and implementation of school inclusion, proposing practical solutions and highlighting the importance of a collective commitment to promoting equitable and quality education.

Keywords: Inclusion; Learning; Education; Challenges; Perspective.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo mostrar a inclusão no sistema regular de ensino e possibilitar respostas aos problemas propostos, buscou-se observar e analisar se o sistema regular de ensino está acolhendo os alunos com deficiência em classes regulares de maneira inclusiva, e quais ações os educadores, familiares, escola entre outros buscam para percorrer o desafio de incluir, levando em consideração o ensino e a igualdade de todos.

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos pilares fundamentais na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, se baseia na premissa de que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades físicas, intelectuais ou sensoriais, têm o direito de participar plenamente do ambiente educacional regular. A inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares representa um avanço significativo na luta pelos direitos humanos e pela igualdade de oportunidades, refletindo um compromisso com a diversidade e a valorização de cada indivíduo.

O direito de todos à educação passou a ser discutido com mais importância a partir do século XX. A necessidade de constituir ambientes escolares com estrutura capaz de suprir as necessidades de todos igualitariamente foi debatida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No início deste século, há um incremento da legislação que contempla a pessoa com deficiência, como a Convenção da Guatemala (2001), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada e incorporada à Constituição como Decreto Legislativo nº 186/2008 (BRASIL, 2008) entre outros dispositivos legais.

Nesta perspectiva de adaptações pedagógicas, é possível notar diversas formas de ensinar e de aprender. Isto vem enriquecendo o método de ensino, não só para crianças com necessidades especiais, mas de uma forma geral.

O estudo questiona: De que forma podemos nos certificar de que um aluno com deficiência,

está apto a frequentar a escola? Quais as dificuldades da sensibilidade das escolas para receber um aluno cadeirante ou outros tipos de deficiências que implicam na limitação da mobilidade dessas crianças?

O estudo objetiva mostrar a inclusão no sistema público regular de ensino e possibilitar respostas aos problemas propostos; pesquisar sobre a relação família-escola no contexto de inclusão; investigar se as escolas públicas regulares estão aptas a receberem alunos especiais, sejam no quesito espaço físico quanto pedagógico; refletir sobre o papel do professor ao receber um aluno especial em sua classe regular.

Considera-se que este estudo é relevante para melhor compreender o quanto é importante a inclusão de alunos especiais nas classes regulares de ensino e das dificuldades que a educação no Brasil ainda enfrenta em relação a esse tema.

INCLUSÃO

O processo de inclusão ainda é um assunto de suma importância e que ainda não se vê na realidade da maioria das escolas.

O termo inclusão não significa somente, uma inclusão de crianças com diversas formas de deficiência no meio social, ou seja, em grupos em que você convive diariamente, seja os vizinhos, amigos e etc. Mas também faz parte do contexto da educação para todos. Participar de um processo de inclusão, requer predisposição, paciência e preparação, pois esse processo leva tempo, é complexo, além de possuir facilidade para encontrar diversas dificuldades em seu andamento. (ANDRADE, 2020)

A educação inclusiva tem como finalidade a busca pela percepção, compreensão e atenção às necessidades especiais de todos os alunos, dentro do ambiente comum de sala de aula, promovendo o processo de aprendizagem e o desenvolvimento intelectual e físico de cada indivíduo. Esse processo aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva, fazendo necessária a participação de todos os estudantes e funcionários do ensino regular. O contexto também trata de uma reconstrução cultural, de modo que toda a sociedade futura possa respeitar a diversidade de cada indivíduo. É importante ressaltar que a Educação Inclusiva não deve ser confundida com a Educação Especial, embora uma contemple a outra.

Segundo Menezes (2012, p. 02) “A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares”.

A educação especial faz parte de um contexto individual, onde as crianças com necessidades especiais teriam sua aprendizagem voltada somente para si, sem a mediação de outros alunos e professores, contexto que faz parte da educação Inclusiva. Isso não quer dizer que a criança com necessidades especiais, não tem o direito a um método de ensino diferenciado, é lógico que essa criança precisa de um olhar com mais atenção e mais sensibilidade, porém, na visão da Educação

Inclusiva, a participação de colegas de sala e professores preparados para essa prática, em seu processo de aprendizagem, os resultados seriam bem mais significativos.

Segundo Mantoan (2003, p.97):

> A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Partindo disto deve-se compreender o quanto é importante a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares. Mantendo a concepção de uma escola acolhedora para todos, onde todos possa aprender juntos.

Um papel muito importante e fundamental é manter um diálogo, demostrando companheirismo e interesse pelos mesmo objetivos que é garantir um melhor aprendizado para todos.

A lei 7.853 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito.

A lei foi aprovada em 1989 e foi regulamentada em 1999: todas as crianças têm o mesmo direito à educação.

Os gestores estaduais e municipais devem organizar sistemas de ensino que sejam voltados à diversidade, firmando e fiscalizando parcerias com instituições especializadas e administram os recursos que vêm do governo federal. Mas é somente um dos documentos que o gestor precisa conhecer. Do ponto de vista educacional, o maior conteúdo está na política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva. (ANDRADE, 2020)

Antigamente as escolas regulares eram separadas das escolas de educação especial. A educação inclusiva surge para acabar com essa separação. A educação especial dentro das escolas de ensino regular tem o objetivo da integração social e a convivência para que os alunos com deficiência possam ser favorecidos com a diversidade.

Por meio da educação inclusiva, as crianças e adolescentes recebem a educação dentro do mesmo contexto escolar, isso faz com que eles tenham o mesmo direito à escolarização. Para falar da educação inclusiva é necessário compreender a diferença entre ela e a educação especial.

A educação especial é um ensino que promove o desenvolvimento das habilidades da pessoa com deficiência, que engloba todos os sistemas de ensino, desde a educação infantil até a formação superior. A educação especial é especializada no atendimento aos alunos com algum tipo de deficiência (auditiva, visual, intelectual, física ou múltipla), com distúrbios de aprendizagem ou com altas habilidades. (ANDRADE, 2020)

Por sua vez a educação inclusiva permite que todos os alunos com necessidades especiais frequentem escolas comuns, tanto públicas quanto privadas, juntamente com os alunos sem necessidades ou deficiência.

Uma escola inclusiva de qualidade prepara toda sua estrutura e restabelece aspectos que

incluem desde o setor administrativo até o pedagógico. Todas as Instituições Escolares de ensino regular são obrigadas a oferecer vagas e matricular todos os alunos. Devem oferecer também organização para um atendimento com qualidade e assegurar condições capazes de gerar uma ótima aprendizagem. Essa política de inclusão de alunos com necessidades especiais não consiste apenas em mantê-los dentro do ambiente escolar, mas apresenta a ousadia de rever suas concepções, incluindo promover o desenvolvimento do potencial dessas crianças e ao mesmo tempo, respeitando suas necessidades e suas limitações.

A diversidade deve ser respeitada e até mesmo observada e valorizada entre todos os alunos. É através dessas diversidades que o papel da escola começa a agir na preparação e elaboração de atividades que envolvam e aproximem os alunos, os funcionários, o corpo docente e gestores. O resultado dessas atividades deixará transparente todas as necessidades e suas diversidades possibilitando a criação de espaços inclusivos e de acessibilidade. É de extrema importância ressaltar que para um bom funcionamento da educação inclusiva, é necessária a construção de um “time”, que conta com a participação, não só dos professores, mas também e principalmente de familiares. A educação inclusiva não terá resultados satisfatórios se não trabalhada em conjunto. A inclusão não pode somente ser praticada dentro do ambiente escolar. Seu contexto tem que continuar vivo nas ruas, em casa, nos cursinhos, em todo ambiente social. (ANDRADE, 2020)

Conforme Mader (1997), é extremamente necessário estruturar uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Ainda hoje a inclusão é vista como um desafio, por suas inúmeras fases e sua complexa forma de ser aplicada. Isso por que, para uma escola se tornar inclusiva, como já explicado, ela terá que demolir e reconstruir metaforicamente. Renovar suas concepções, refazer seus conceitos, não só em seus setores administrativos, mas em toda sua estrutura. Não é apenas aceitar a criança com necessidades especiais, e usar seus métodos de ensino adaptados, mas também é um compromisso da escola, se adaptar.

De tempos em tempos esse desafio tem sido mais bem aceito por toda sociedade, desde o momento em que as escolas se comprometem em ajudar, com práticas pedagógicas que irão favorecer todos os alunos, trazendo uma significativa mudança no conceito do ensino em busca de uma aprendizagem significativa e de qualidade.

A busca pela estrutura necessária para transformar a instituição escolar em uma escola inclusiva, nas escolas públicas, tem ocorrido com mais dificuldade. O momento atual em que a economia do Brasil vive, não é algo favorável para o processo de transformação de todas as suas escolas em praticantes da inclusão. Mesmo existindo algumas instituições específicas, a Constituição defende que todas as escolas devem estar preparadas para receber alunos com necessidades especiais. Um desafio que mesmo complexo e ainda em processo de adaptação, tem gerado diversas mudanças positivas no ambiente escolar.

PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola tem um papel fundamental na educação desses alunos. Tendo sempre que buscar alternativas educacionais que visa a realidade do aluno em uma perspectiva da educação inclusiva, com igualdade e participação de todos.

A escola deve estar sempre disposta a atender as necessidades do estudantes em todas as áreas do seu desenvolvimento. Assim, os professores e todos os envolvidos da escola tem que estar sempre estudando e se especializando para manter um papel de igualdade para todos. Não basta ser uma escola de inclusão se não tem um suporte físico e pedagógico para essas crianças, pois o papel de inclusão conta com a participação, consciência e responsabilidade de todos os atores que participam do cenário educacional como gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive. Para a educadora Maria Teresa Égler Mantoan, “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina, respeitar as diferenças". Esse é o primeiro passo para construir uma escola mais justa (MANTON, 2003, p. 96)

Os alunos com deficiência podem ser matriculados nas escolas regulares, mas dependendo da sua necessidade ele pode precisar frequentar as salas de recursos que seria o AEE (atendimento educacional especializado), que pode ser feito fora do horário regular ou até mesmo numa outra escola que tenha essas salas.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, para que desenvolva currículo e participem da vida da escola. Mas, para participar dessas salas de recursos é preciso um PEI (plano de ensino individualizado). O que seria isso? O plano de ensino individualizado deve ser elaborado com metas a serem atingidas de curto, médio e longo prazos e necessita contar com a colaboração de todos os profissionais envolvidos no ambiente escolar e a participação da família de cada aluno. (ANDRADE, 2020)

Os PEIS dependem de estratégias que favoreçam o atendimento educacional especializado, do qual a finalidade é elaborar e implementar pouco a pouco programas individualizado de desenvolvimento escolar.

A escola especial passa a complementar e apoiar o ensino regular na formação de alunos com necessidades especiais.

Essa parceria entre a Escola Comum e as Escolas Especiais ou Centros de Atendimento Educacional Especializado não acontece por acaso. Isso está previsto pelo MEC na Política Nacional de Educação Especial.

A formação e preparação dos professores é um fator que merece grande ênfase quando se

trata do assunto de inclusão. De acordo com as atuais condições em que a educação brasileira se encontra, o processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, requer principalmente, um profissional devidamente preparado para oferecer ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno, neste caso falaremos mais especificamente do professor de educação física. Ao contrário do senso comum aplicado a essa profissão de educador físico, o profissional dessa área, não prepara somente o corpo de um aluno para o padrão exigido pela mídia. A intervenção do Professor, inclusive na educação inclusiva tem um grande poder perceptivo que promove o reconhecimento do corpo e das limitações físicas das crianças com necessidades especiais. Com esse reconhecimento, é possível montar atividades e práticas onde o aluno trabalhará todas suas limitações, junto com seus colegas de classe, com aulas dinâmicas e lúdicas, que futuramente promoverá resultados positivos, não só físicos como também psicológicos. Mesmo com esse papel importante do Educador na inclusão, ainda há ausência de profissionais com desejo de trabalhar na área da educação inclusiva. (ANDRADE, 2020)

Essa ausência é ocasionada por diversos fatores, o principal é a insegurança dos futuros professores diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais. Há uma queixa geral e comum dentro das salas de aula dos cursos de pedagogia e de licenciatura, onde os alunos apontam que não são devidamente preparados para esse tipo de situação. Atualmente acredita-se que as formações docentes para crianças com necessidades especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: A primeira formação seria de professores com o ensino regular que possuem o mínimo do conhecimento exigido, uma vez que futuramente irão liderar alunos com necessidades educativas especiais. A segunda formação seria a de professores especialistas nas diversas áreas das necessidades educativas especiais, que possam auxiliar os alunos diretamente, ou funcionar como assistente do professor do ensino regular a trabalhar corretamente em sala de aula diante de seus discentes com esse tipo de necessidade.

O plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades especificas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas á escolarização. Esse atendimento complementar e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e código específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistida. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta do ensino comum.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Cabe à escola garantir a essas crianças a oportunidade de aprendizagem, para que possa promover avanços escolares continuamente, sendo a escola um espaço que pode dar a oportunidade de convivência com outras crianças de diferentes níveis, e a partir daí tentar combater o ensino discriminatório.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão na vida de uma criança com necessidades especiais é muito importante, pois para termos uma sociedade democrática teremos que ter direitos e obrigações a fazer. A base da educação vem da família sendo esta a principal fonte de apoio. A família reconhecendo que deve estar junto ao processo de ensino e aprendizagem do aluno já é um grande passo para sociedade.

É reconhecido pelo Estado, na lei de diretrizes e bases da educação nacional e na constituição da República Federativa do Brasil bem como no estatuto da criança e do adolescente,

> Artigo 4º o dever do estado com educação escolar pública será efetivo mediante a garantia de:
> I Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.
> II Universalização do ensino médio gratuito.
> III Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL 2011).

O estado tem o dever de oferecer o ensino de qualidade e gratuito para o aluno, mas deve partir da iniciativa dos pais ou responsáveis pela educação de seus filhos. Contendo a preocupação de adequar esse aluno mais próximo possível de sua realidade e tendo direito de uma escola mais próximo de sua residência. Sendo assim, com a iniciativa da família, o educando pode ter colaboração da sociedade para o seu desenvolvimento se adequando conforme as regras que atua na escola junto com os demais alunos. Tendo em vista que todos nós somos responsáveis pela educação e desenvolvimento da pessoa humana, em vista que o Estado assegura os direitos de garantias perante as leis. (ANDRADE, 2020)

> Artigo 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. 1º esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente por meio de ensino em instituições próprias 2º A educação escolar deveria vincular-se ao mundo do trabalho e a própria social (BRASIL LDB 2011, p.109).

Dessa maneira sendo citado acima, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho, é um ponto positivo contendo um preparo para qualificação com a visão futura desse aluno, sendo também preparado para as práticas sociais dentro dos padrões que estamos acostumados a

ver ao nosso meio de vida. Desde de criança somos educados para obtermos conhecimento e escolher em quer queremos ser quando crescermos, tendo em vista que temos deveres e obrigações perante a sociedade e sobrevivência na conduta humana. Se bem pensarmos que tudo que fizermos deverá estar nos padrões da sociedade, tudo que está previsto em lei por direto, caso contrário não está no padrão correto.

> [...] é na família que o processo de aprendizagem se inicia. Num processo de transferência, o amor sem sentindo pela criança por seus pais e mais tarde, por seus professores, é o que vai continuar a ser o seu motor da aprendizagem. Assim, a família e a escola possuem um elemento comum: a criança. Os problemas de adaptação escolar vão se refletir na sua família. Existe uma grande discrepância entre o que os pais identificam como sendo realmente “problema” e o que a escola valoriza como tal (MILLOT, 1987, p.68)

Uma das principais obrigações da família é o vínculo com a escola que deve estar dentro dos projetos político pedagógicos sendo de base necessária para ter em ambos o reconhecimento do meio em que o aluno tem na sua realidade de vida. Dessa maneira, ao processo de ensino e aprendizagem do aluno podemos acrescentar as ações da família, dizendo as suas obrigações e seus direitos na construção de aprendizagem, contendo desenvolvimento para lançar fundações primordiais na vida humana. É relevante abordar como ocorre esta parceria na existência do aluno com necessidades especiais, incluído preferencialmente na rede regular de ensino, considerando as contribuições presentes ditas na relação familiar-escola, ligado com o procedimento educacional destas crianças inclusivas. (ANDRADE, 2020)

A parceria entre escola e familiares é muito importante para adquirir e suprir as suas necessidades no âmbito escolar e levar para sua vida profissional. Sendo assim, não podemos deixar de incluir os pais no projeto político da escola, no planejamento educacional essencial para um bom aprendizagem do aluno. Nesse processo de colaboração os familiares e os profissionais devem estabelecer uma parceria de igualdade para todos serem ajustados e, sendo assim, a colaboração é para suprir as suas devidas necessidades, voltado principalmente para os alunos, ter igualdade entre eles para obter um sucesso profissional.

INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR

Como se pode perceber, a visão que existe sobre a educação inclusiva está mais ligada a um processo de inclusão, pois se concentra principalmente nos alunos com deficiência, perdendo de vista a diversidade que pode se apresentar nas salas de aula. Essa diversidade não se refere apenas aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos, mas também aos ritmos e estilos de ensino dos professores, bem como aos contextos culturais e econômicos em que esse processo ocorre. (ANDRADE, 2020)

A importância dessa inclusão vai além do direito à educação, abrangendo também o

desenvolvimento integral dos indivíduos e a promoção de uma convivência mais harmoniosa e respeitosa entre todas as pessoas.

A inclusão escolar de estudantes com deficiência permite que eles participem ativamente do ambiente educacional, beneficiando-se não apenas do aprendizado acadêmico, mas também das interações sociais, essa convivência promove a empatia, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais inclusiva, a presença de alunos com deficiência no ensino regular desafia as instituições de ensino a adaptarem suas práticas pedagógicas, desenvolvendo métodos mais diversificados e eficazes que beneficiam todos os alunos, não apenas aqueles com necessidades especiais. (ANDRADE, 2020)

No entanto, a implementação da educação inclusiva enfrenta diversos desafios, a falta de infraestrutura adequada nas escolas é um dos principais obstáculos. Muitas instituições não possuem acessibilidade física, como rampas e banheiros adaptados, além de tecnologias assistivas necessárias para o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência, outro desafio significativo é a formação dos professores. A maioria dos profissionais da educação não recebe treinamento adequado para lidar com as diferentes necessidades dos alunos com deficiência, o que pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas e na exclusão desses alunos do processo de aprendizagem.

A resistência cultural e social também é um entrave à inclusão, há ainda uma forte crença de que estudantes com deficiência devem ser educados em escolas especiais, segregando-os do convívio com os demais, esse preconceito contribui para a perpetuação da exclusão e dificulta a aceitação e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto de governos, educadores, famílias e da sociedade em geral. Políticas públicas eficazes devem garantir recursos financeiros e humanos suficientes para a adaptação das escolas e a formação continuada dos professores, campanhas de conscientização podem ajudar a mudar a percepção da sociedade sobre a inclusão, promovendo a aceitação e o respeito às diferenças. (ANDRADE, 2020)

A educação inclusiva é essencial para garantir que todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial. Ao enfrentar os desafios da inclusão, se está trabalhando para construir uma sociedade mais justa, igualitária e humana, onde todos têm a oportunidade de aprender, crescer e contribuir para o bem comum. (ANDRADE, 2020)

A necessidade de uma formação mais específica dos professores no tema da atenção à diversidade, o que não é uma tarefa fácil, uma vez que os professores que se encarregam de sua formação não estão preparados para a formação. uma visão mais ampla para tornar a educação inclusiva uma realidade. Em parte, devido ao facto de o seu processo de formação, tanto pedagógico como didático, decorrer dentro de esquemas que referenciam a “normalidade” e excluem alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem em cenários segregados. (ANDRADE, 2020)

Ter experiências no campo da educação inclusiva no processo de formação de professores,

mas também possivelmente que essa experiência possa servir como elemento revelador da vocação docente, uma vez que o ter se aventurado nessa área não consegue sensibilizar o futuro professor para trabalhar com a diversidade, isso pode ser um indício de falta de atitude vocacional.

A implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta entraves consideráveis, especialmente no que se refere às barreiras estruturais e pedagógicas presentes nas escolas regulares. Tais obstáculos comprometem o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos alunos com deficiência no ambiente escolar, tornando a proposta de inclusão um desafio que ultrapassa a simples matrícula desses estudantes.

Do ponto de vista físico, muitas escolas públicas e privadas não dispõem da infraestrutura mínima necessária para garantir a acessibilidade. Elementos básicos como rampas, corrimãos, banheiros adaptados, pisos táteis e elevadores ainda são ausentes em grande parte das instituições, dificultando a mobilidade e independência dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida (ANDRADE, 2020). Essa deficiência estrutural, além de comprometer a segurança, reforça a exclusão simbólica desses alunos.

Além da falta de adaptações físicas, observa-se a escassez de tecnologias assistivas, como softwares leitores de tela, materiais em braile, lupas eletrônicas e sistemas de comunicação alternativa. Esses recursos são essenciais para garantir a participação ativa de alunos com deficiência visual, auditiva ou intelectual, mas muitas vezes estão ausentes ou são subutilizados por falta de conhecimento técnico dos profissionais da escola (MANTOAN, 2003).

No campo pedagógico, uma das barreiras mais críticas é a ausência de formação específica e continuada dos professores para o atendimento à diversidade. Muitos docentes não se sentem preparados para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, o que pode gerar insegurança, resistência ou adoção de estratégias inadequadas em sala de aula (KUENZER, 1998). Essa lacuna compromete diretamente o processo de ensino e aprendizagem.

É importante destacar que a inclusão exige o redesenho das práticas pedagógicas, com base na flexibilização curricular e na personalização do ensino. No entanto, grande parte das escolas ainda adota um modelo tradicional, centrado na homogeneidade e no rendimento acadêmico, desconsiderando os diferentes ritmos, estilos e necessidades dos estudantes (ANDRADE, 2020). Essa perspectiva engessada dificulta o acolhimento de alunos que fogem do padrão considerado “normal”.

Outro ponto relevante é a escassez de profissionais de apoio e de atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas regulares. Mesmo quando presentes, esses profissionais nem sempre atuam de forma integrada ao corpo docente, o que prejudica a construção de estratégias coletivas e eficazes para o acompanhamento dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2008). A ausência de um trabalho colaborativo entre professores regulares e especialistas agrava o isolamento pedagógico desses alunos.

Além disso, a falta de planejamento específico para a inclusão de alunos com deficiência nos

projetos pedagógicos das escolas evidencia a negligência institucional com essa pauta. O Projeto Político Pedagógico (PPP), em muitos casos, não contempla ações claras e objetivas voltadas à diversidade, tampouco define metas ou estratégias de avaliação para a efetivação da inclusão (FERREIRA, 1993).

A inadequação dos materiais didáticos também constitui uma barreira importante. Muitos livros, apostilas e recursos audiovisuais não são acessíveis a alunos com deficiência, o que limita sua autonomia e prejudica seu desempenho escolar. A ausência de materiais adaptados reforça a dependência desses alunos em relação a terceiros e reduz sua participação ativa nas atividades escolares (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A superação dessas barreiras exige o envolvimento de toda a comunidade escolar. A gestão escolar deve assumir um papel protagonista na promoção de ações inclusivas, garantindo a formação continuada da equipe, a aquisição de recursos e a articulação com as famílias e com os serviços especializados. Sem esse comprometimento, a inclusão tende a ser apenas um discurso formal, sem efetividade prática (MEC, 2003).

É necessário, ainda, o fortalecimento de políticas públicas que garantam financiamento adequado para reformas nas estruturas escolares e aquisição de equipamentos acessíveis. A responsabilidade do Estado é central nesse processo, pois cabe a ele assegurar os direitos educacionais previstos na Constituição e nas diretrizes nacionais de educação (BRASIL, 1988; 1996).

É fundamental compreender que a superação das barreiras estruturais e pedagógicas não se resume à presença física do aluno com deficiência na escola, mas implica em criar condições reais para sua participação plena e seu aprendizado significativo. A inclusão escolar só será efetiva quando o ambiente for, de fato, acolhedor, acessível e responsivo às necessidades de todos os seus estudantes.

As escolas precisam ser espaços de transformação social, onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas como parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O enfrentamento das barreiras existentes é o primeiro passo para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

A efetivação da educação inclusiva não se limita ao ambiente escolar: ela exige a articulação entre escola, família e comunidade. A família, como primeira instituição social da qual a criança faz parte, possui papel central no desenvolvimento emocional, cognitivo e social, sendo corresponsável pela garantia do direito à educação inclusiva.

A Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconhecem que a educação deve se desenvolver em colaboração entre a escola e a família, sendo essa uma parceria essencial para o sucesso das políticas de inclusão (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). No caso dos alunos com deficiência, essa parceria se torna ainda mais necessária, pois envolve cuidados e estratégias compartilhadas entre os espaços doméstico e escolar.

Conforme Andrade (2020), a família é a base do processo educativo e representa o principal

apoio para a criança com necessidades especiais. Quando os responsáveis reconhecem sua responsabilidade no processo de ensino e aprendizagem, há um fortalecimento da autoestima e do vínculo escolar do aluno, favorecendo sua adaptação e progresso.

Além disso, o envolvimento da família é fundamental para a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), documento que orienta o processo pedagógico de alunos com deficiência. A participação ativa dos responsáveis nesse planejamento contribui para que as estratégias adotadas estejam alinhadas às reais necessidades da criança, promovendo um percurso educacional mais eficiente (ANDRADE, 2020).

Por outro lado, a ausência da família ou sua atuação limitada pode comprometer os objetivos inclusivos. Em muitos casos, observa-se que pais ou responsáveis, por falta de informação ou apoio, se mantêm afastados das decisões escolares, o que pode levar ao isolamento do aluno e à invisibilidade de suas demandas (MILLOT, 1987).

Para evitar esse afastamento, a escola deve adotar uma postura acolhedora, promovendo ações de escuta, diálogo e conscientização com as famílias. Reuniões periódicas, oficinas, rodas de conversa e participação em conselhos escolares são exemplos de estratégias que aproximam os familiares da rotina educacional e reforçam a corresponsabilidade no processo formativo (RODRIGUES, 2021).

É necessário destacar também o papel da comunidade no fortalecimento da inclusão. A escola não atua isoladamente, ela é parte de um território e, como tal, precisa interagir com os recursos, saberes e agentes locais. A comunidade pode contribuir para a promoção de espaços acessíveis, campanhas educativas e ações de combate ao preconceito, ampliando o impacto positivo da inclusão (FERREIRA, 1993).

A atuação em rede é essencial. Conselhos tutelares, CRAS, unidades de saúde, ONGs e demais instituições locais devem estar integrados à escola e à família, criando uma rede de apoio articulada e permanente. Essa rede garante suporte emocional, social e institucional à criança e à sua família, fortalecendo sua presença na escola e contribuindo para sua permanência com qualidade (BRASIL, 2011).

Outro aspecto importante é a valorização dos saberes populares e da cultura local no processo educacional. Quando a escola reconhece a realidade das famílias e do território como ponto de partida para o ensino, ela favorece o pertencimento do aluno e o respeito às suas origens, promovendo a inclusão sob uma perspectiva cultural ampliada (ANDRADE, 2020).

A construção de um projeto político-pedagógico verdadeiramente inclusivo depende da escuta ativa das famílias e da comunidade. É preciso superar a lógica vertical de decisões unilaterais e adotar práticas participativas, nas quais todos os envolvidos tenham voz e vez. Esse é o caminho para uma escola democrática, que respeita a diversidade e promove o protagonismo social.

A inclusão escolar não pode ser pensada de forma isolada pela escola. A articulação com a família e com a comunidade é parte fundamental de um processo contínuo de transformação social,

que visa garantir direitos, promover a equidade e consolidar uma educação para todos. Essa união de forças amplia as possibilidades de êxito na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos alunos com deficiência.

A construção de uma educação inclusiva de qualidade exige, além de políticas públicas e infraestrutura, um compromisso coletivo com a formação humana. A família, a escola e a comunidade, quando atuam de forma integrada, contribuem para a superação das barreiras que ainda limitam a inclusão e tornam possível uma convivência pautada no respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir um estudo sobre a educação inclusiva, especialmente no que tange à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular, envolve reconhecer tanto os progressos quanto os desafios persistentes nesse campo. A educação inclusiva é vital para a promoção de uma sociedade justa e igualitária, pois assegura que todos os indivíduos tenham acesso ao mesmo ambiente educacional, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas. Ao integrar estudantes com deficiência nas escolas regulares, promovemos não apenas a inclusão social, mas também o desenvolvimento de competências sociais e emocionais em todos os alunos, fomentando um ambiente de empatia, respeito e colaboração.

Na linguagem da inclusão é possível ver o que falta ou o que excede e como os processos de significação são elaborados pelos interlocutores nas diferentes instâncias nas quais os sujeitos se expõem. Indiciando os seus possíveis, suas palavras indiciavam também os possíveis de nossa relação de interlocução pautada na diferença.

Certamente que não é a deficiência que decide o destino das pessoas, mas sim, as consequências sociais dessa deficiência. Caso se focalize os defeitos levando em consideração apenas o que está posto, só encontrar-se-á limites. Se o tem como fonte de outras capacidades que emergem nas necessidades, sentidos e desejos produzidos nas relações sociais encontram-se as possibilidades da falta.

O foco da educação inclusiva é os indivíduos deficientes ou não, podem aprender uma vez que os professores identificam o que estes indivíduos sabem, planeja-se em torno deste prévio conhecimento, e conhece-se o estilo de aprender e as necessidades individuais dos alunos. Todos os alunos podem se beneficiar das metodologias de inclusão e todos podem descobrir juntos que existem diferentes componentes para diferentes estados.

Os desafios para a efetivação plena da educação inclusiva são numerosos e complexos, destacam-se a necessidade de infraestrutura adequada nas escolas, a formação contínua e especializada dos professores, e a transformação das atitudes sociais e culturais que ainda resistem à inclusão, a superação desses obstáculos requer uma abordagem multifacetada, envolvendo políticas públicas eficazes, investimentos em recursos materiais e humanos, e uma mudança de paradigma na percepção da sociedade sobre as pessoas com deficiência.

A formação de professores é um aspecto crucial para o sucesso da educação inclusiva, é imprescindível que os educadores sejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, utilizando metodologias pedagógicas que atendam às necessidades individuais de cada aluno, é fundamental que as escolas disponham de recursos e tecnologias assistivas que facilitem o aprendizado e a participação dos estudantes com deficiência.

A infraestrutura escolar também necessita de adaptações para garantir acessibilidade a todos. Isso inclui a construção de rampas, banheiros adaptados, sinalização adequada e outros recursos que permitam a mobilidade e a independência dos alunos com deficiência. Tais adaptações são essenciais para que esses estudantes possam usufruir plenamente do ambiente escolar e das oportunidades de aprendizagem.

Outro ponto importante é a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão, é necessário combater o preconceito e promover uma cultura de aceitação e valorização das diferenças. Isso pode ser alcançado por meio de campanhas educativas e de conscientização, que destacam os benefícios da inclusão para toda a comunidade escolar e para a sociedade como um todo.

Desta forma, a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular é um imperativo moral e um direito humano fundamental, embora os desafios sejam significativos, os benefícios de uma educação inclusiva são inegáveis e abrangem o desenvolvimento integral dos estudantes, a promoção de uma sociedade mais justa e a construção de um ambiente escolar mais rico e diversificado, é imprescindível que continuemos a trabalhar, de forma coletiva e contínua, para superar os obstáculos e garantir que a educação inclusiva seja uma realidade em todas as escolas.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA, Rafael**. Necessidades educativas especiais.** Lisboa: Dinalivros, 1997.

BORGES, Jorge Luis**. A cegueira.** In Sete Noites. São Paulo: Max Limonad, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BUENO, José Geraldo. **Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno deficiente.** São Paulo: Educ/PUC,1993.

CARVALHO, Rosita E. **A Nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro:WVA,1997.

CARVALHO, Rosita E. E**ducação e Inclusão: A questão da permanência da pessoa deficiente na universidade.** São Paulo, USP, 1997.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença.** Piracicaba: UNIMEP, 1993.

GAIO, Roberta. **Para além do corpo deficiente**: histórias de vida. Jundiaí: Fontura, 2006.

GARCIA R.M.E. **A educação das pessoas consideradas portadoras de deficiência. uma questão histórica.** Caxambu. ANPED, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas – SP: Autores associados, 2006.

KUENZER, Acácia. **A formação de educadores: Novos desafios para as faculdades de educação.** Educação e Sociedade (CEDES) Campinas, 1998.

LATÂNCIA, Maria da Penha. **Aspecto Motor X Aspecto psicológico na deficiência física**: Uma sugestão de integração. Jundiaí, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MEC, SEESP. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais***;* Org. Maria Salete, Fábio Aranha. Brasília, 2003.

MINTO, Cesar. **Educação Especial: da LDB aos planos nacionais de educação- do MEC e proposta da sociedade brasileira.** Campinas, UNICAMP, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, Isabel R. **Necessidades educativas especiais e apoios complementares no quotidiano do professor.** Porto: Porto editora, 1996.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto alegre: Artméd AS, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento das ações. Necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos de defectologia.** In Obras Completas, Tomo V, Havana: Editorial Pueblo e educación, 1989.

ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. **Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadara.** Brasília-DF, 2020.